

O TRABALHO NO MUNDO PLUTOCRÁTICO

Josecleto Costa de Almeida Pereira*

Sumário: Introdução. 1. A globalização do capital; 2. A sociedade da informação; 3. O desconcerto do trabalho. Considerações finais. Referências.

Resumo: Este artigo objetiva examinar o trabalho, realçando as transformações econômicas e tecnológicas, além de suas consequências à sociedade contemporânea. Os paradigmas do nosso tempo têm sua base na globalização da informação e no capital, em detrimento dos fundamentos sociais e coletivos.

Palavras-chave: Globalização; Informação; Desconcerto do trabalho.

Abstract: This paper aims at examining job, highlighting economical and technological changes, as well as its results to a contemporaneous society. Our modern paradigms are based on globalization of information and capital in detriment to social and collective bases.

Keywords: Globalization, Information; Job Disorder.

Introdução

No atual momento histórico, verificam-se mundialmente profundas transformações em todas as dimensões da sociedade, principalmente no que tange à economia globalizada e seus reflexos no universo do trabalho. No mundo globalizado, o capital financeiro internacional tem mantido grande influência sobre todos os países – bem como em relação a suas empresas nacionais e seus movimentos sociais –, gerando instabilidades nas relações entre as nações em desenvolvimento, devido à lógica defendida pelas potências detentoras do poder político e econômico do planeta.

A economia digital tende a se consolidar, e uma das consequências desse novo paradigma econômico e produtivo baseado na informação são os excluídos digitais – trabalhadores em ocupações precárias, sub-contratados e desempregados, sem acesso as tecnologias da informação. O fato é que o avanço dessas novas tecnologias e da sociedade da informação tem debili-

* Mestre em Direito. Professor Adjunto IV do Curso de Direito da Universidade Federal de Santa Catarina.

tado a aplicação dos Princípios Fundamentais que caracterizam o Estado Democrático de Direito. O velho liberalismo despido de ética considera as pessoas como mercadorias. E tal lógica tem dominado a grande maioria das Nações, provocando desemprego e aumento da desigualdade social.

Portanto, a globalização econômica não pode ser entendida como uma fatalidade histórica. Contra ela, é necessário buscar novos caminhos, que reafirmem a dignidade da pessoa humana, a democracia, a cidadania e os valores sociais do trabalho.

1 A globalização do capital

A sociedade contemporânea vive uma profunda transformação tecnológica, fundada no domínio da informação e do poder econômico – o que traz graves conseqüências ao mundo do trabalho. Com a globalização, potencializa-se a crescente comunicação e conexão entre as estruturas econômicas e políticas dos diversos países do mundo. Esse processo traz impactos devastadores aos países chamados periféricos ou em vias de desenvolvimento. Ou seja, a globalização manifesta-se de forma assimétrica, deixando mais vulneráveis as nações que não assimilam as novas tecnologias e as imposições da empresas transnacionais.

Dessa maneira, a globalização não pode ser vista apenas como um fenômeno econômico, mas também como um complexo processo que afeta profundamente, e de forma desigual, o mercado de trabalho em todo o planeta.

As sociedades do nosso tempo caminham para um mundo de incertezas. A chamada terceira revolução tecnológica das últimas décadas aumentou a discrepância social, apesar do maior acesso à informação, pois os conectados (prestadores de serviços altamente especializados) estão alicerçados na competitividade predatória, enquanto os desconectados (trabalhadores em condições precárias, subcontratados e desempregados) estão alijados desse processo global. Como diz Milton Santos:

Entre os fatores constitutivos da globalização, em seu caráter perverso atual, encontram-se a forma como a informação é oferecida à humanidade e a emergência do dinheiro em estado puro como motor da vida econômica e social. São suas violências centrais alicerces do sistema ideológico que justifica as ações

hegemônicas e leva ao império das fabulações, a percepções fragmentadas e ao discurso único do mundo, base dos novos totalitarismos – isto é, dos globalitarismos – a que estamos assistindo¹.

Portanto, na atual sociedade informatizada, torna-se fundamental compreender a globalização, em que o capital financeiro internacional auferi fabulosos lucros através da movimentação de capitais, em detrimento do capital produtivo, além de seus reflexos nos aspectos político, social e do trabalho.

Na maioria dos países em desenvolvimento, estão ocorrendo transformações sociais graves, como desemprego, informalidade, precariedade do trabalho e fragmentação dos movimentos sociais, que aprofundam as desigualdades sócio-econômicas.

Na verdade, o mundo contemporâneo passa por uma grande crise estrutural. Por isso, a globalização tem como pilares o sistema financeiro internacional e as técnicas da informação, que objetivam a consolidação da visão de um mundo global. Além da lógica que procura justificar o processo de globalização como único caminho histórico para compreender a realidade – pelo ponto de vista de um mundo unificado –, como se a resposta de todos os países a tal processo fosse a mesma. Com efeito, presenciamos que as informações são apropriadas, manipuladas e transmitidas pelas grandes empresas transnacionais de acordo com seus interesses. O que cria um fosso enorme de desigualdades entre países ricos e periféricos.

Nesse contexto, é importante frisar que, sendo um conjunto de processos, a globalização se expande com a internacionalização do capital financeiro, acompanhada pela política neoliberal. E, aproveitando-se das novas tecnologias, ela passa a redefinir a ordem mundial. Assim, torna-se complexa a confrontação entre capital e trabalho, porque, nessas últimas décadas, o capitalismo tem estimulado o individualismo e a competição predatória, em detrimento das ações coletivas. Além de ter instaurado uma insegurança que favorece o darwinismo social e econômico.

No mundo globalizado, a competitividade se exacerba tendo como lema não a concorrência, mas a guerra. Essa guerra é utilizada de todas as formas

1 SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 5 ed. Rio de Janeiro: Record, 2001. p. 38.

para dirimir os conflitos originados por essa lógica sem ética. A consequência mais visível dessa realidade é o egocentrismo – o individualismo verificado na vida econômica, política e social, que termina por transformar as pessoas em coisas. A globalização dos interesses, da competitividade, do consumo sem limites, dos comportamentos ditados pela mídia alucinada, alienam o indivíduo, ligando-o a valores com os quais não mantém qualquer afinidade e transformando-o num estrangeiro em seu próprio país.

Em face dessa realidade, irrompem na sociedade a violência, o desrespeito ao cidadão, a insegurança ameaçadora, a desconfiança. Além de diversos fragmentos da vida social, como o desemprego. Assevera Milton Santos:

O consumo é o grande emoliente, produtor ou encorajador de imobilismos. Ele é, também, um veículo de narcisismos, por meio dos seus estímulos estéticos, morais, sociais; e aparece como o grande fundamentalismo do nosso tempo, porque alcança e envolve toda gente. Por isso, o entendimento do que é o mundo passa pelo consumo e pela competitividade, ambos fundados no mesmo sistema da ideologia.

Consumismo e competitividade levam ao emagrecimento moral e intelectual da pessoa, à redução da personalidade e da visão do mundo, convidando, também, a esquecer a oposição fundamental entre a figura do consumidor e a figura do cidadão.²

Assim, torna-se necessário compreender a grande transformação por que passa a sociedade contemporânea, principalmente em relação ao trabalho. Vivem-se muitas incertezas e interrogações, devido à predominância da lógica de mercado e do consumismo produtores de imobilismos. Por não ser possível que técnica e ciência continuem sendo utilizadas como meio e fim da globalização, a mídia se impõe no mundo globalizado, para estabelecer, com um discurso único e ao mesmo tempo fragmentando, a percepção do mundo que se vive. Diz Gilberto Dupas:

Nunca a tirania das imagens e a submissão ao império das mídias foram tão fortes. A produção econômica moderna espalha sua ditadura; o consumo alienado torna-se para as massas um dever suplementar, um verdadeiro instrumento de busca da felicidade, um fim em si mesmo.

2 SANTOS, 2001, p.49.

A dominação do econômico sobre o social operou sucessivas degradações, primeiro do “ser” para o “ter”, em seguida do “ter” para o “parecer-ter”. Às atuais massas excluídas resta apenas o “identificar-se-com-quem-parece-ser-ou-ter” através do espetáculo à distância, um virtual feito real pelas mídias globais.³

As inovações tecnológicas criaram um deslumbramento sem limites na humanidade, como se o progresso técnico fosse neutro e o saber pudesse se colocar de forma isolada, sem que se leve em consideração suas conseqüências. Lembramos que, para Hebermas, a teoria deve prestar contas à práxis. Todo este processo dá origem a diversas formas de fragmentação social, sobretudo em relação ao trabalho. O capitalismo global apoiá-se no deus cibernético como instrumento de acumulação do capital. Por outro lado, vemos a demonização do Estado, a exaltação do capital especulativo e o endeuamento do individualismo. Tais fatores geram uma verdadeira insegurança no mundo do trabalho e, em diferentes níveis, na vida em sociedade.

O fortalecimento da hegemonia econômica dos Estados Unidos consolidada uma relação estrutural cada vez mais conflituosa entre capital e trabalho. Com isso, a lógica globalizante de mercado tem norteado a mobilidade do capital especulativo, em detrimento da cadeia produtiva, com a conseqüente fragmentação e desestabilização dos sindicatos. A revolução tecnológica tem dado suporte a ofensiva do capital que pretende, em nível internacional, dirigir a sociedade capitalista sob as regras exclusivas do mercado auto-regulável, dificultando ainda mais a busca de alternativas à construção de um processo permanente de inclusão social e política.

2 A sociedade da informação

Atualmente, a humanidade enfrenta um desafio ímpar nos campos social, econômico e político, que tem como pilares a hegemonia do capital financeiro internacional e a tirania da informação – além da visão de um mundo unificado que o processo de globalização tem empregado como discurso único e dominante. Elementos fundamentais à lógica de mercado,

3 DUPAS, Gilberto. **Ética e Poder na Sociedade da Informação**. De como a autonomia das novas tecnologias obriga a rever o mito do progresso. São Paulo: UNESP, 2000. p. 111.

as novas tecnologias têm sido utilizadas para reforçar a tese do capitalismo global e estabelecer um discurso hegemônico sobre o mundo, com implicações à economia e à política internacional contemporânea.

Ao longo da história, os grandes avanços tecnológicos trouxeram muitos impactos e transformações às sociedades, como na Inglaterra do século XVIII, com a Primeira Revolução Industrial – processo que, consolidado fundamentalmente no trabalho motriz a vapor, acabou por desvalorizar a atividade manual. Já a Segunda Revolução Tecnológica, que teve como palco os Estados Unidos e a Alemanha, encontrou na eletricidade seu ponto central, em detrimento do trabalho mental de rotina.

Nesse início de milênio, a Terceira Revolução Tecnológica tem recebido várias denominações. A mais conhecida é Revolução das Novas Tecnologias de Informação. Tal revolução tem se caracterizado pelo uso do computador como instrumento vital da comunicação, da economia e dos poderes. As redes de comunicação cobrem todo o planeta, e o capital financeiro circula pelo mundo através dessas redes, tornando as economias nacionais dependentes dos fluxos de capital – o que fragmenta a percepção do mundo em que se vive. Dessa forma, torna-se evidente que a apropriação das tecnologias pelos países ricos tem afetado profundamente os países pobres. No atual estágio da globalização, o progresso tecnológico se caracteriza pela hegemonia do capital, em detrimento de valores fundamentais à edificação de uma sociedade planetária realmente voltada ao bem estar da humanidade.

O homem hodierno perdeu o encanto pela vida: a globalização destruiu a noção de solidariedade e de cidadania, alimentando um fundamentalismo baseado no consumismo e na competitividade sem limite. Ressalta Cattani : *A indignação face à barbárie promovida pelas leis do mercado concorrencial deve ser expressa continuamente*⁴.

A lógica do capitalismo global se caracteriza pela ampliação dos mercados e pela acumulação do capital. Além disso, os deuses cibernéticos têm provocado mudanças de paradigmas em todos os lugares. Gilberto Dupas afirma que :

4 CATTANI, Antonio David. **Trabalho e Autonomia**. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 33.

O filósofo da era da informação apóia-se no caráter tecnológico da sociedade moderna e se torna um operador imbuído do propósito de reduzir as ambigüidades do mundo cotidiano. No entanto, como cabe ao filósofo entender o ser racionalmente, a técnica atual se apresenta capaz de caracterizar a própria racionalidade. Racionalizar significaria submeter o processo à técnica e, desse modo, livrá-lo de seus excessos (irracionalidade); o que é muito do que o filósofo reivindica fazer: dar um sentido racional ao ser. Pode-se dizer coisa parecida a respeito dos fins. A técnica nos possibilita o “saber como” e não o “saber por que”. Ela nos ensina como fazer certas coisas, mas não o por que se deva fazê-las⁵.

Nesse contexto, é importante compreender o processo de internacionalização que as tecnologias da informação e da automação estão desenvolvendo em todo planeta. O fato é que a sociedade da informação transformou-se no ícone de nosso tempo, criando um novo paradigma na hegemonia econômica mundial. Por outro lado, ampliou significativamente as desigualdades entre países ricos e pobres, como também aprofundou o distanciamento cognitivo entre aqueles que dominam a tecnologia da informação e os que são excluídos dela.

Assim, a exclusão digital torna-se o maior desafio desse processo revolucionário da comunicação em rede, por ser um impeditivo à redução da exclusão social, já que as principais atividades econômicas, governamentais e culturais são praticadas e divulgadas através da comunicação informacional. Daí a necessidade de resistir à lógica globalizante por meio de uma ação dialética. Diz Boaventura Santos:

O contrato social é a metáfora fundadora da racionalidade social e política da modernidade ocidental. Os critérios de inclusão/exclusão que ele estabelece vão ser o fundamento da legitimidade da contratualização das interações econômicas, políticas, sociais e culturais. Embora a contratualização assente numa lógica de inclusão/exclusão, ela só se legitima pela não existência de excluídos⁶.

Portanto, podemos traduzir a atual dicotomia entre inclusão e exclusão como um processo que poderá criar um novo contrato social, redefinindo a lógica globalizante e incluindo o trabalho humano como grande desafio dialético

5 DUPAS, 2000, p. 81-82.

6 SANTOS, Boaventura de Sousa. **Reinventar a Democracia**. Lisboa: Gradiva, 1998. p. 7.

(hegeliano) – pois o crescimento das desigualdades sociais e a fragmentação no mundo do trabalho criam uma insegurança sem precedente no planeta.

Novas tecnologias sempre estiveram acompanhadas de aumentos na produtividade e reduções salariais. Porém, com a atual fase das inovadoras tecnologias de informação, evidencia-se, na mobilidade do capital, uma motivação exploradora de mão-de-obra barata, com aproveitamento dos menores custos de transporte e comunicação em países de baixos salários. A isso se soma o fato de que a globalização do capital reduz o papel do Estado, o que consolida, através das empresas transnacionais, uma nova perspectiva econômica às nações – um comércio internacional baseado em transações das empresas transnacionais entre si mesmas e não com os países. Tal realidade não ocorre apenas na economia, mas também no plano político. Com razão, assinala João Bernardo :

Neste contexto de transnacionalização da economia é ridícula qualquer pretensão de os sindicatos, tal como hoje estão organizados, conceberem uma estratégia global de luta anticapitalista. É completamente impossível travar um combate fracionado por fronteiras nacionais contra um capitalismo que se organiza não só coordenando os diversos centros nacionais de acumulação do capital, mas passando por cima de todas as divisões geográficas. Aliás, os capitalistas evitam deliberadamente que a livre circulação de capitais e mercadorias se reflita numa livre circulação das pessoas⁷.

Hoje em dia, os discursos têm convergido sobre a importância da extensão da cidadania na sociedade da informação. Daí o significado de se definir o papel do Estado, da sociedade civil e do mercado diante da globalização. A generalização do uso das novas tecnologias em âmbito civil, ao invés de ampliar o bem estar do cidadão e contribuir para o progresso civilizatório, tem tornado precário o mundo do trabalho e fragmentado os vários segmentos da sociedade civil. Por conseguinte, cresce a euforia em relação a informática e a exploração crescente, na economia mundial, do uso industrial dos computadores. Além do ressurgimento do sub-trabalho e a flexibilização trabalhista – que consiste na extração de mais-valia –, como instrumentos de sustento das políticas neoliberais. A idolatria do mercado,

7 BERNARDO, João. *Transnacionalização do Capital e Fragmentação dos trabalhadores*. Ainda há lugar para os sindicatos? São Paulo: Boitempo, 2000. p. 56.

a exaltação do capital especulativo e o endeusamento de um individualismo egocêntrico transformam o “darwinismo social de mercado” em algo desejável do ponto de vista econômico e político.

3 O desconcerto do trabalho

Com a globalização e as inovações tecnológicas, o mundo do trabalho vem sofrendo grandes metamorfoses, especialmente nos países capitalistas avançados, com graves repercussões nos Estados periféricos. Nesse contexto, observa-se uma desproletarização do trabalho industrial e fabril, ou seja, uma diminuição da classe operária industrial tradicional. Em função disso, efetivaram-se diversas formas de fragmentação do trabalho, como a terceirização e a subcontratação, todas vinculadas à economia informal.

Assiste-se a criação de novos paradigmas no mundo do trabalho, em que o cronômetro e a produção em série são substituídos pela flexibilização da produção como corolário da lógica de mercado. O desdobramento desse novo padrão de gestão da força de trabalho encontra na lógica neoliberal o sustentáculo para também flexibilizar os direitos sociais e ferir de morte os princípios que fundamentam o Estado Democrático de Direito. É importante frisar que o avanço tecnológico criou uma outra dimensão em relação a reestruturação das atividades produtivas e suas novas formas de gestão da força de trabalho. O resultado dessa realidade tem sido um aumento nos índices de produtividade, com profundas alterações no relacionamento entre as empresas transnacionais e nacionais quanto às formas de organização da produção – o que interfere nas relações de trabalho e no processo de negociação com os sindicatos de trabalhadores.

A reestruturação produtiva tem trazido transtornos sociais em muitos países, tornando cada vez mais vulnerável a garantia dos direitos conquistados pelos trabalhadores ao longo do século XX. A isso se acrescenta a experiência japonesa, que possibilitou a criação de “regras” de gestão como solução aos desafios da economia global. Diz Ruy Braga:

As soluções encontradas pela Toyota, portanto, são um produto direto da intransigência do capital, primeiro em não ceder à ofensiva sindical contra a reestruturação e, após demitir em massa os operários grevistas, em não voltar a

contratá-los, mesmo diante do incremento da demanda engendrada pela Guerra da Coréia. Para os diretores da Toyota, tratava-se de suprir a oferta de produtos sem recorrer à admissão de novos operários. A automação, a reestruturação imposta pelo capital financeiro (com importante redução de pessoal e a adaptação da produção às vendas), o método kan-ban (técnica de gestão de estoques inspirada no exemplo dos supermercados norte-americanos), constituíram-se em soluções capitalistas às condições concretas da luta de classes...⁸

Assim, em meio a tantas mudanças, podemos afirmar que o toyotismo, como um modo eficaz de racionalização do trabalho dentro da lógica de mercado, possibilitou às empresas transnacionais uniformizarem o discurso de que a globalização da produção industrial é a solução a todos os males. Porém, as conseqüências mais visíveis desse processo são uma política de desmantelamento do Estado, elevados índices de desemprego e aumento do trabalho informal em diversos países. O sindicalismo, em nível internacional, vê-se desarticulado. Tal realidade criou o fenômeno da dessindicalização, e, por conseguinte, a redução do papel político dos sindicatos.

As inovações tecnológicas têm provocado uma nova leitura sobre a sociedade do trabalho. O que acaba por consolidar um novo paradigma aos trabalhadores: sua integração à produção flexível – polivalente, altamente qualificada, com um grau mais alto de responsabilidade e de autonomia, e com muitos estímulos ao desenvolvimento da imaginação criativa. Isto é, o trabalhador moderno é compelido à reciclagem permanente.

Esse artesão eletrônico tem a impressão de ter maior liberdade para agir. Por estar conectado a uma imensa rede de pequenas e microempresas espalhadas por todos os lugares – com a tarefa de fornecer informações necessárias a produção de mercadorias –, o trabalhador começa a sentir-se proprietário, um verdadeiro comerciante do trabalho. E, num mundo onde todos são produtores de mercadorias, as organizações de luta dos trabalhadores parecem supérfluas.

Porém, é nesse momento de crise e de desesperança na sociedade que se torna fundamental reerguer a luta pela cidadania. Para isso, é imperativo que o trabalho deva ser democraticamente compartilhado. Ou seja, é neces-

8 BRAGA, Ruy. **A restauração do capital**: um estudo sobre a crise contemporânea. São Paulo: Xamã, 1996. p. 245-246.

sário um novo contrato social, no qual o trabalho humano possa interagir com a atual revolução tecnológica para gerar riqueza, emprego e qualidade de vida. Como afirma Boaventura Santos:

O contrato social é a grande narrativa em que se funda a obrigação política moderna, uma obrigação complexa e contraditória, porque foi estabelecida entre homens livres e, pelo menos em Rousseau, para maximizar e não para minimizar essa liberdade. O contrato social é, assim, a expressão de uma tensão dialéctica entre regulação social e emancipação social que se reproduz pela polarização constante entre vontade individual e vontade geral, entre o interesse particular e o bem comum. O Estado nacional, o direito e a educação cívica são os garantes do desenrolar pacífico e democrático dessa polarização num campo social que se designou por sociedade civil⁹.

Portanto, nosso tempo está marcado por um estigma perverso: inclusão versus exclusão. Essa realidade é fruto das novas tecnologias da informação e da lógica de mercado, que impõe suas regras, e que, com isso, ampliam o distanciamento entre ricos e pobres. As oportunidades aos incluídos na sociedade da informação são indiscutivelmente bem maiores do que àqueles que vivem no apartheid social e digital.

Dessa forma, o contratualismo de hoje tem como base a lógica da legitimação, a qual deve ser assentada na interação econômica, política, social e cultural das sociedades contemporâneas. No entanto, é fundamental não perder de vista que a globalização hodierna é um processo que vem consolidando a hegemonia econômica dos Estados Unidos sobre o resto do mundo. Esse fenômeno tem no velho liberalismo uma roupagem e características ditas “modernas” para implementar sua filosofia, que tem como base principal restringir a intervenção do Estado na economia e nos conflitos sociais – para que a lógica de mercado impere com livre trânsito.

Essa é a principal característica do contratualismo do século XIX: a prevalência da negociação entre patrões e empregados (*laissez-faire*), a irrestrita liberdade do comércio internacional e a abertura dos mercados. Por conseguinte, um sistema mercantilista que vê as pessoas como mercadorias ou, no máximo, como consumidoras.

9 SANTOS, 1998, p. 5.

A idéia de que o mercado pode resolver todos os problemas da sociedade moderna é uma grande falácia. Sua lógica vigente tem criado muito mais conflitos e rivalidades do que soluções aos problemas sociais – além do aumento das desigualdades socioeconômicas entre as nações.

Nas últimas décadas, houve uma modificação substancial na repartição mundial do trabalho. Essa nova realidade internacional encontra no reino da globalização financeira o cenário perfeito para conter os investimentos produtivos e acompanhar as inovações tecnológicas como forma de baixar o custo do trabalho. Além disso, os países periféricos (Brasil e América Latina) estão sendo transformados em celeiros às grandes empresas transnacionais – o que termina por provocar a desregulamentação dos mercados de trabalho e a conseqüente piora na distribuição de renda.

Assim, a classe trabalhadora precisa criar novas estratégias de ação em relação a globalização do capital e seu sistema produtivo. E isso exige a internacionalização da luta sindical. Assevera Ricardo Antunes:

Assim como o capital utiliza-se desses mecanismos mundializados e dispõe de seus organismos internacionais, a luta dos trabalhadores deve ser cada vez mais caracterizada pela sua configuração também internacionalizada. E, nesse terreno, como sabemos, a solidariedade e a ação de classe do capital está bem à frente da ação dos trabalhadores. Muitas vezes a vitória ou derrota de uma greve em um ou mais países depende do apoio, solidariedade e ação de trabalhadores em outras unidades produtivas da mesma empresa¹⁰.

Sob o impacto da mundialização do capital e da reestruturação produtiva, as organizações sindicais vem sofrendo uma debilidade nas ações estratégicas, diretamente relacionada a sua própria resistência em reavaliar a crise estrutural de seu caráter sócio-político. Dessa forma, essa crise passa pela transformação estrutural do conteúdo político-ideológico característico do movimento sindical mundial, numa perspectiva de adaptação ou de confronto com a nova ordem do capital. Conseqüentemente, podemos destacar que a reestruturação produtiva continua sendo a principal promotora

10 ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999. p. 116.

das metamorfoses do mundo do trabalho que afetam a classe trabalhadora industrial e os organismos sindicais.

Outro fator que tem contribuído à debilidade das ações sindicais é o surgimento do neo-corporativismo, caracterizado pela defesa de interesses meramente setoriais – demonstração do compromisso sindical com as regras das economias de mercado – em detrimento das práticas sindicais voltadas à defesa de interesses dos trabalhadores. Portanto, a crise do sindicalismo se confunde com a crise da práxis política da classe. Giovanni Alves diz:

Na mundialização do capital, podemos constatar não apenas a incapacidade de ação dos sindicatos contra a “lei da queda tendencial do salário relativo”, mas a própria dimensão de resistência do trabalho, a materialidade da ação sindical, o “ser-precisamente-assim” da práxis sindical, hoje é debilitada pela ofensiva do capital na produção. De certo modo, o enfraquecimento da ação judicial é parte intrínseca da própria crise do mundo do trabalho, da crise política do Estado social – o Welfare State, apoiada pelos sindicatos¹¹.

Nesse contexto, podemos acrescentar ainda um outro componente ligado à dominação ideológica desse processo: a disseminação da informação a partir dos países mais desenvolvidos, que cria uma homogeneização dos padrões estéticos e de costumes das populações dominadas. Ou seja, a ofensiva do capital para dirigir a sociedade capitalista sob as regras de mercado e de uma concorrência auto-regulável em escala internacional.

Daí a importância de compreender que a globalização econômica tem nas novas tecnologias da informação o elemento fundamental para alimentar a lógica de mercado, propagando, através do império das mídias, um discurso hegemônico sobre o mundo com desdobramentos nas esferas econômica e política internacionais. Assim, torna-se fundamental à sobrevivência das sociedades democráticas discutir a divisão nacional e internacional do trabalho, bem como a questão do desenvolvimento econômico e social, pois o projeto de uma sociedade realmente democrática exige importantes reflexões sobre o sistema em vigência.

11 ALVES, Giovanni. **O Novo (e precário) mundo do trabalho**. Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000. p. 97.

As profundas transformações da relação entre capital e trabalho têm como consequência mais grave a precarização do trabalho, materializada na subcontratação, na terceirização e no desemprego. Com razão, assinala Cattani:

O desemprego aparece como uma questão inquietante, mas solucionável com a retomada do crescimento econômico e com a eliminação das regulamentações e proteções criadas artificialmente pelos sindicatos.

Esse encadeamento axiomático não é apenas uma construção ideológica, disputando legitimidade na confrontação de idéias. Ele traduz práticas empresariais e políticas de Estado e é respaldado nas principais instituições de coordenação do capitalismo internacional...

O principal documento que analisa e define as estratégias para os países-membros é um libelo a favor das desregulamentações e da flexibilização. As propostas são objetivas: redução dos ganhos salariais, eliminação das restrições aos licenciamentos, precarização dos contratos de trabalho, etc. Os indivíduos têm a opção de se “acomodarem à liberdade”. Os mais capazes e empreendedores sobreviverão; os incapazes e inadaptados serão eliminados pela lei da seleção da espécie¹².

Com a precarização do mundo do trabalho, o movimento sindical torna-se mais vulnerável a lógica de mercado, o que gera uma sensação de incapacidade de agir individual e coletivamente. Dessa maneira, a crise sindical sob a mundialização do capital pode ser considerada um desdobramento histórico dos próprios limites do sindicalismo. Isto porque existe um vínculo estrutural entre o poder sindical, considerado uma práxis sócio-histórica, e a própria lógica do capital, que tende a debilitar o mundo do trabalho.

O movimento sindical internacional vem enfrentado muitas dificuldades. E uma das consequências dessa realidade é a precarização do emprego e a exclusão social e política dos trabalhadores. Além disso, há uma fragmentação das ações coletivas devido à lógica de mercado que fortalece um individualismo egocêntrico. Na sociedade contemporânea, predomina a cultura do narcisismo e do individualismo consumista.

Por isso, os sindicatos precisam repensar suas estratégias para despertar nos trabalhadores maior confiança em suas ações coletivas, apresentando novas proposições para superar o quadro atual. Daí a importância de reafir-

12 CATTANI, 1996, p. 63.

mar os princípios que marcam o movimento sindical internacional, principalmente aqueles que fortaleçam a cidadania e as iniciativas inovadoras de solidariedade, com o objetivo de vencer a fragmentação dos trabalhadores e a mediocridade reinante na sociedade moderna.

Mas é sobretudo diante de sua crise sócio-institucional (no sentido da dessindicalização dos trabalhadores) que o movimento sindical deve apreender lições para repensar suas estratégias quanto à representação de classe. Conseqüentemente, o principal desafio do sindicalismo hodierno é esboçar planos de ação para superar a precarização do mundo do trabalho e seus reflexos na vida sindical, expressas, por exemplo, na crescente individualização das relações trabalhistas, que deslocam o eixo das relações entre capital e trabalho a um patamar cada vez menos coletivo.

Dessa forma, torna-se fundamental compreender a configuração do novo paradigma tecnológico gerado a partir da reestruturação do capital: o terrível enfraquecimento do trabalho, do emprego, da renda e da contratação – e seus graves reflexos nos organismos sindicais.

A precarização do mundo do trabalho e a crise do sindicalismo não devem representar o fim da história, nem das organizações sindicais, mas a possibilidade de se criar uma nova perspectiva de luta, que transcenda os interesses dos trabalhadores para, junto aos movimentos sociais, construir novas práticas coletivas que superem a lógica capitalista vigente. Ressalta Boaventura Santos:

A busca de um consenso discursivo em redor do novo internacionalismo resultaria, assim, de um confronto de pontos de vista e opiniões, leituras favoráveis e desfavoráveis, argumentos moderados e radicais, otimismo e pessimismos, de molde a contribuir para operacionalizar o projeto emancipatório perseguido pelo internacionalismo operário¹³.

Considerações finais

O grande desafio do nosso tempo é compreender a globalização como um processo complexo e desafiador às sociedades democráticas, pois as

13 SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Trabalhar o mundo**: os caminhos do novo internacionalismo operário. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 46-47.

grandes incertezas e inquietações impostas pela lógica do capital são fruto do domínio da informação e do dinheiro que as empresas transnacionais detém. Daí a importância da política e da cidadania na criação de condições efetivas para se repensar o mundo atual – ou seja, uma globalização mais humana.

Assiste-se à consagração do homo *tecnologicus* pelas novas tecnologias, num processo caracterizado pela manipulação das técnicas de informação, que, uma vez apropriadas por alguns Estados e empresas, aprofundam as desigualdades entre as nações. Os acontecimentos transcorrem com celeridade e a vida moderna lentamente transforma o ser humano num verdadeiro robô – automatizado pela mídia, desnatura-se ao renunciar ao seu livre-arbítrio e a lucidez de pensar e agir com liberdade.

Neste mundo globalizado, a competitividade e o consumo exacerbado tem sido o emoliente para barrar as ações coletivas, pois o fundamentalismo do nosso tempo alimenta o individualismo e, por conseqüência, anula a solidariedade. Tudo isso cria no indivíduo o que Max Weber denominava de “desencantamento do mundo”. É nesse contexto sócio-histórico que o complexo processo de reestruturação produtiva e da lógica de mercado vem fragmentando e debilitando o mundo do trabalho.

Além disso, este processo é acompanhado por um novo paradigma de produção industrial: a revolucionária implantação da tecnologia da informação como eixo central do processo produtivo. A conseqüência mais visível dessa realidade é a consolidação da velha forma de exploração do trabalho. Assim, constata-se que este paradigma compreende o trabalhador como um verdadeiro comerciante de trabalho, fazendo com que ele deixe de lutar pelos interesses coletivos da classe e desvalorize a práxis dos sindicatos nos embates entre capital e trabalho.

A hegemonia do capital e a dominação da informação criaram uma ideologia plasmada num discurso único ao mundo, que se materializa na retórica de que a globalização é o princípio e o fim dessa nova realidade mundial. Podem ser feitas muitas ilações sobre o atual momento histórico. Porém, o mais importante é refletir sobre o discurso da globalização, que serve de alicerce às ações dos Estados e das empresas transnacionais hegemônicas. Só a partir dessa nova leitura é que se torna possível a criação de um projeto alternativo viável ao nosso tempo. Projeto esse que eleja como

valores fundamentais a dignidade da pessoa humana, a liberdade e os princípios básicos de uma sociedade socialmente justa e democrática.

Referências

ALVES, Giovanni. **O Novo (e precário) Mundo do Trabalho**. Reestruturação produtiva e crise do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

BERNARDO, João. **Transnacionalização do Capital e Fragmentação dos Trabalhadores**. Ainda há lugar para os sindicatos? São Paulo: Boitempo, 2000.

BEINSTEIN, Jorge. **Capitalismo senil**: A grande crise da economia global. Rio de Janeiro: Record, 2001.

BRAGA, Ruy. **A Restauração do Capital**: Um estudo da crise contemporânea. São Paulo: Xamã, 1996.

CATTANI, Antonio David. **Trabalho e Autonomia**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1996.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede** (A era da informação: economia, sociedade e cultura). São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1 e 2.

DUPAS, Gilberto. **Ética e Poder na Sociedade da Informação**. De como a autonomia das novas tecnologias obriga a rever o mito do progresso. São Paulo: UNESP, 2000.

FERRER, Aldo. **Historia de la globalización: orígenes del orden económico mundial**. Buenos Aires: Fondo de cultura Económica, 1996.

IANNI, Octávio. **A Era do Globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

LÉVY, Pierre. **As Tecnologias da Inteligência**: O Futuro do Pensamento da Era da Informática. Trad. Carlos Irineu Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1999.

MALDONADO, Tomás. **Crítica de la razón Informática**. Barcelona: Paidós, 1998.

MATTOSO, Jorge. **A Desordem do Trabalho**. Campinas: Scritta, 1995.

PEREIRA, Josecleto Costa de Almeida. **Globalização do Trabalho**: desafios e perspectivas. Curitiba: Juruá, 2004.

POCHMANN, Marcio. **A Década dos Mitos**. São Paulo: Boitempo, 2001.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Destino do Sindicalismo**. São Paulo: Edusp, 1999.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 5ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Trabalhar o Mundo**: os caminhos do novo internacionalismo operário. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. **Reinventar a Democracia**. Lisboa: Gradiva, 1999.

VIRILIO, Paul. **A Bomba Informática**. Trad. Luciano V. Machado. São Paulo: Estação liberdade, 1999.